IX

O trabalhador e a periferização

Os quatro capítulos anteriores foram possivelmente os mais densos até agora. Não podia ser diferente, pois introduziram três das principais ideias que utilizaremos para construir nossa teoria da prática comunista – a ideia do ponto de vista organizacional, a ideia dos modos de organização social e do que significa um modo social dominar os demais. Como antecipamos, os princípios de uma teoria que quer ser capaz de acompanhar e aprender com práticas e lutas muito diversas precisam ser muito gerais e abrangentes – e isso realmente dificulta uma apresentação concisa e didática. Mas agora, munidos desses conceitos, podemos começar a recuperar os argumentos que apresentamos no começo do livro – acerca da periferização e do desafio dos comunistas hoje – colocando-os de forma muito mais integrada e, o mais importante, mais adequada para uma prática que precisa de ferramentas para investigar as formas de organização de diferentes lutas políticas hoje e as possibilidades de sua composição.

Se queremos retomar, então, nossa discussão inicial sobre periferização enquanto um processo histórico, que transformou o terreno das lutas políticas, precisamos conseguir definir três coisas. Primeiro, precisamos ser capazes de descrever nessa nova linguagem teórica a dinâmica do progresso industrial que Marx e Engels analisaram no *Manifesto do Partido Comunista*. Em seguida, precisamos ser capazes de definir, dentro dessa formação capitalista, o que é a figura do trabalhador – pois, como vimos, é essa figura que, para nós, entra em crise com a periferização. Finalmente, como era de se esperar, precisamos definir o que é uma formação social capitalista periférica. Vamos lá.

Alinhamento capitalista e modernidade

Definimos a formação social capitalista como aquela em que a organização social pelo valor é que domina os outros dois modos – que precisam ainda assim estar

presentes – e que determina dominância material dessa sociedade, centrada na força de trabalho e na exploração da natureza para fins de acúmulo de capital. Nos aproximamos assim da famosa definição de formação social capitalista que Marx apresenta quando define a "base" e a "superestrutura" social, a base sendo composta do confronto entre forças produtivas e as relações de produção e a superestrutura contendo toda a organização jurídica, cultural e espiritual da sociedade. À luz do que discutimos no capítulo anterior, não é difícil reconhecer a dominância do valor na base material e as organizações pela propriedade e pela afinidade na "superestrutura" social, como forças secundárias, mas também articuladas nessa formação social específica. É importante que possamos recuperar esse esquema de Marx, mas é mais importante que nossa teoria tenha espaço para outros arranjos possíveis, pois pode ser que a contradição principal de uma sociedade não seja organizada pelo valor, mas diretamente pela lógica da violência imperial, ou por formas regidas pela afinidade, com o valor sendo reduzido, nesses casos, a um elemento superestrutural.

Porém, para que seja possível definir mais especificamente aquela característica central que identificamos na análise de Marx e Engels sobre o capitalismo no *Manifesto do Partido Comunista,* precisamos introduzir aqui mais uma nova ideia. Como vimos, havia algo na dinâmica do progresso industrial que parecia atrelar a transformação constante das condições de produção a um avanço correspondente nas condições de associação dos trabalhadores, como uma força histórica que nos empurrava na direção de um movimento unificado internacional. Como podemos definir essa conexão entre valor e a organização dos trabalhadores?

Quando falamos da mistura dos diferentes modos de organização, já vimos que é importante considerar qual modo tem domínio sobre os demais. Mas é importante também considerar se essa mistura é *alinhada* ou *desalinhada*.

Alinhamento, na nossa teoria, significa que essas três formas de organização estão muito integradas e funcionam quase como uma coisa só – desalinhamento é o caso contrário e, na verdade, é também o caso mais comum. Quando existe um

alinhamento, a maneira como nos organizamos para atender aos requisitos do valor – enquanto trabalhadores, consumidores, etc – já atende também os requisitos da propriedade e da afinidade. A organização social é tal que as principais divisões sociais de cada modo se superpõem: a diferença entre lei e crime também divide o que é produtivo e improdutivo – como a proteção da propriedade privada, que garante a possibilidade de venda de mercadorias – e as boas normas de família e comunidades são definidas a partir dessas mesmas divisões – de modo que educar um filho é sinônimo de prepará-lo para respeitar as autoridades e para ser esforçado no trabalho. Nesse contexto, ser uma "boa pessoa" aos olhos de nossos pares, ser uma pessoa trabalhadora e um cidadão que segue a lei… é tudo mais ou menos a mesma coisa. As próprias instituições podem se organizar de maneira alinhada também – por exemplo, em uma escola, onde os processos de formação pessoal, a disciplinarização e a qualificação para o trabalho são extremamente integrados. Ora, uma sociedade capitalista "alinhada" será aquela onde as transformações na organização do valor irão informar a cada momento as transformações no campo das leis e das comunidades. Tudo o que o capital fizer no campo das relações de produção mercantil levaria a uma transformação similar, ou alinhada, no campo da superestrutura jurídica, das formas de consciência e afinidade, transformando assim as condições de organização dos trabalhadores.

Um outro nome para esse alinhamento social no capitalismo é *modernidade*. A modernidade pode ser entendida como uma forma de organização social capitalista onde o progresso industrial iria levar também a um tipo de desenvolvimento social mais amplo – isto é, transformações concomitantes no campo da propriedade e das afinidades – que atravessam todas as contradições da sociedade. No contexto moderno, quando o capital reorganiza as formas de gestão e exploração do trabalho, as comunidades e regimes legais acompanhariam essas transformações, facilitando a expressão social dessa tensão econômica em termos de direitos e da formação de laços de afinidade entre os trabalhadores. Por exemplo, novas formas de exploração no trabalho, por atingir pessoas organizadas de maneira similar, poderiam levar a novas formas de organização sindical e um

senso de solidariedade renovado pelas mesmas pautas de luta. É a origem do processo de convergência "espontânea" que indicamos no início deste livro.

Nesse sentido, podemos definir a modernidade como uma força que produz um crescente alinhamento das formas organizacionais, uma espécie de "simplificação" da vida através do reforço de algumas instituições responsáveis por essa homogeneização organizacional: o ambiente de trabalho, a escola, as famílias, as eleições, etc. E no cerne da modernidade está a figura do trabalhador, uma espécie de unidade mínima da afinidade e da propriedade, dominadas pelo valor – social e materialmente.

A figura do trabalhador e os sentidos do trabalho

Quando apresentamos a lógica do valor, falamos sobre a força de trabalho enquanto uma mercadoria cujos limites são barganhados dentro do processo de produção – mas um trabalhador não é apenas sua força de trabalho, uma mercadoria. É também uma figura que transforma um indivíduo em alguém independente que pode pertencer a comunidades – isto é, um jeito de ser reconhecido como uma pessoa através da partilha de um substrato comum com os demais – e uma maneira de existir para o Estado – enquanto sujeito jurídico, proprietário de si mesmo. É uma figura que já mistura as três lógicas da afinidade, propriedade e do valor em um só indivíduo, capaz de construir novas comunidades, se constituir como cidadão do Estado e – principalmente – se integrar aos circuitos de produção e consumo de mercadorias. A formação da classe trabalhadora – através dos cercamentos de terra, da despossessão de meios de trabalho, da criminalização da "vadiagem", da segregação das mulheres para o ambiente doméstico, da centralidade do indivíduo na cultura moderna, da reinvenção da escravidão sob domínio do capital internacional, entre muitas outras formas de reorganização social – não produziu apenas um regime econômico centrado na extração de mais-valia do trabalho, mas um mundo social inteiro onde a figura do trabalhador funciona como forma de sociabilidade privilegiada.

É se apresentando como alguém que é dono de si e decide por livre vontade vender sua força de trabalho que podemos existir perante o capital. Mas, evidentemente, nem todo mundo que trabalha e é explorado no capitalismo se constitui como um trabalhador nesse sentido, mesmo na modernidade. E isso não é à toa: não poder existir socialmente como trabalhador é em si uma das formas de dominação no capitalismo, especialmente na sua periferia. E, como já mencionamos anteriormente, tanto o trabalho doméstico quanto o trabalho sob regime escravocrata contribuem estruturalmente para a economia capitalista sem, portanto, apresentar esse alinhamento entre a formação de comunidades de afins e de regimes proprietários, existindo assim às margens do regime moderno.

A figura do trabalhador moderno, portanto, não é apenas a posição de todos que trabalham – no sentido de terem sua sobrevivência atrelada aos ditamos do valor e do capital – mas a posição daqueles que podem transformar essa dinâmica de trabalho no fundamento para a reivindicação de seus direitos e do seu lugar na família e nas comunidades que forma.

Isso nos traz a uma questão importante: a que se deve a centralidade da classe trabalhadora na análise marxista, à figura do trabalhador na modernidade ou ao papel do trabalho no capitalismo? O argumento que encontramos no *Manifesto do Partido Comunista* identifica o proletariado à figura do trabalhador, isto é, ao trabalhador enquanto indivíduo "alinhado" no campo valor, da propriedade e da afinidade – afinal, é o trabalhador que seria capaz de acompanhar socialmente as transformações produzidas pela expansão do progresso industrial, formando comunidades políticas cada vez maiores com outros trabalhadores expostos às mesmas condições sociais. É uma primeira razão para focarmos a análise política na situação dos trabalhadores: o trabalhador seria a figura geral da opressão, que o capitalismo promove por todos os cantos à medida em que dissolve todo outro tipo de existência coletiva e individual. Portanto, se os padrões de acumulação e exploração se alteram, também se alteraria, de maneira geral, as formas de trabalho e, portanto, as formas de vida dos trabalhadores.

Mas a hipótese de que o capitalismo produz as condições para que o trabalhador se reconheça por toda parte como classe dominada não é a única razão para que o trabalho tenha um lugar estratégico no pensamento político revolucionário. Há ainda o fato de que a dominância do capital, como vimos no capítulo anterior, depende da reorganização da realidade material, isto é, da capacidade da ação humana de transformar a si mesma e a outras coisas em mercadoria. O trabalho, nesse sentido, se situa no limite das relações sociais capitalistas: ali onde o valor confronta tudo aquilo que é indiferente às "relações de produção" – e, não à toa, esse lugar limite é um ponto de conflito ineliminável entre "as forças produtivas" e as formas sociais do capital, uma disputa para saber até que ponto a força de trabalho terá que forçar seus limites matéria adentro e retornar com mais valor e até que ponto alguma coisa resistirá a esse empuxo. Essa dimensão do trabalho sob dominação capitalista continua operando mesmo onde a figura do trabalhador não tem mais a mesma centralidade.

Vimos, portanto, duas dimensões relevantes da classe trabalhadora para a política revolucionária: a dimensão "homogeneizante" da figura do trabalhador, que o capital promoveria globalmente, contra seus próprios interesses, e a dimensão conflitiva do trabalho no capitalismo, lugar social onde se repete uma batalha infindável entre a atividade humana e a lógica do valor. A primeira dimensão é devedora da modernidade, pois depende do alinhamento entre o valor, a propriedade e a afinidade na formação dos indivíduos. A segunda depende apenas da dominância social e material do valor.

Mas existe ainda uma terceira dimensão que associamos ao trabalho e que muitas vezes fica perdida sob esses dois outros aspectos: por baixo da ideia de trabalho se esconde uma capacidade criativa humana mais difusa ou indeterminada, pois a humanidade não é apenas capaz de se dedicar a reorganização da realidade material a partir dos critérios da mercadoria e do valor. Podemos, afinal, também submeter essa reorganização a outras formas sociais – transformar a realidade de acordo com os ditames da afinidade ou da propriedade – e a formas que simplesmente não se integram a nenhum regime social reconhecível. A arte, a

ciência, o amor e a própria política mobilizam essa dimensão inventiva que dificulta a integração social. É claro que artistas, cientistas, psicanalistas e militantes políticos às vezes ganham dinheiro com o que fazem – e precisam orientar suas atividades para garantir esse ganho – mas permanece ainda assim uma tensão entre o que realmente fazem e os modos de integração social disponíveis, pois são todas formas de reorganizar a vida e a matéria que, ao invés de integrar a realidade às formas sociais vigentes, tentam submeter a própria sociedade à formas essencialmente "antissociais", isto é, indiferentes ao que é o bom gosto, ao que é opinião corrente, aos tipos românticos e às divisões sociais estabelecidas. Há algo no que chamamos de trabalho – e que por séculos aqueceu a imaginação revolucionária – que aponta para uma capacidade de submeter o social à outra coisa, a outros princípios, muitas vezes difíceis de explicitar. De nossa parte, não precisamos de um nome único para essa dimensão da atividade humana. Como veremos, o modo como essa capacidade inventiva é nomeada varia em cada processo político, dependendo da sua maneira de articular as diferentes lógicas sociais.

Foi o grande sonho prometeico da modernidade que o alinhamento do valor, da afinidade e da propriedade pudesse garantir a unidade desses três sentidos do trabalho: trabalho como homogeneização da experiência social, como tensão entre transformação do mundo material e reprodução do capital, e como capacidade criativa de submeter a sociedade a outras formas. Acontece que essa unidade é, no melhor dos casos, um fenômeno excepcional e historicamente determinado.

Desalinhamento capitalista e periferização

Mencionamos que o alinhamento da afinidade, propriedade e valor no capitalismo dá ensejo à forma de organização capitalista moderna, com a figura do trabalhador em seu centro. Com essa descrição, conseguimos recuperar a análise apresentada no *Manifesto do Partido Comunista*, que consideramos representar apenas um momento histórico particular. De fato, com as ferramentas que elaboramos, não é

difícil entender por que a modernidade capitalista não poderia ser mais do que uma exceção geográfica e temporal.

Falamos acima do alinhamento das três lógicas – e o que ocorre quando não estão alinhadas? Bem, antes de mais nada, vale notar que o desalinhamento é a situação normal, o caso geral: existem muito mais maneiras de se organizar sem precisar sobrepor a afinidade, a propriedade e o valor do que maneiras de alinhar essas formas de organização por toda parte. Na verdade, é pior que isso: é efetivamente impossível garantir o alinhamento total das três formas de organização. Considere o caso das chamadas "mercadorias fictícias", isto é, aquelas mercadorias que são necessárias para a produção capitalista mas que não são criadas através desse processo de produção. É o caso da terra – que nós não produzimos –, do trabalho – uma vez que os trabalhadores nascem, não são produzidos em fábrica – e da cultura – que também não é criada por mercadorias, mas por relações que fogem ao controle de todos, como as mudanças nas línguas e formas de falar exemplificam muito bem. Essas mercadorias precisam passar por um tipo específico de processo para que existam enquanto mercadorias portadoras de valor: precisam ser cercadas, seus vínculos comunitários partidos, para que possam então se apresentar no mercado. Para retomar nossa linguagem abstrata: as fronteiras comuns são substituídas por cercas – só depois disso as coisas podem ser exploradas e negociadas de forma marginal. Se isso acontece, então necessariamente o capitalismo precisa operar de maneira desalinhada em algum lugar. Não por acaso, operou desde sempre dessa forma nos locais onde concentrou o cercamento massivo de terra e de pessoas, ou seja, nas colônias.

A vida nas periferias do capitalismo é – e sempre foi – desalinhada. Mencionamos acima a figura do trabalhador como paradigma da organização integrada da afinidade, propriedade e valor, mas é difícil encontrar esse tipo de alinhamento tanto nos países periféricos quanto nas periferias das grandes cidades centrais. Ao invés dessa tendência homogeneizadora, a periferia é onde precisamos constantemente alternar qual forma de organização devemos priorizar: muitas vezes para garantirmos algum trabalho, precisamos ir contra a lei e contra nossos

próprios ideais comunitários; para lutar por direitos, precisamos colocar nossa sobrevivência econômica em risco; para defender nossas famílias e comunidades, precisamos ir contra nossos interesses econômicos. Em nenhum lugar do mundo se trabalha tanto quanto na periferia, mas, paradoxalmente, todos estão sempre correndo atrás de se tornarem trabalhadores, como se esse estatuto nunca fosse real o suficiente. E de fato não é: os circuitos do capital absorvem tanto trabalho quanto podem, mas não precisam reorganizar a vida das pessoas de maneira que o Estado e a nação absorvam e integrem toda a população da mesma maneira. No Brasil, por exemplo, existem muito mais pessoas trabalhando do que pessoas empregadas formalmente e do que cidadãos cujos interesses têm lugar no palco nacional.

Podemos, finalmente, dar uma definição mais técnica do que chamamos de periferização. Se a modernização é o processo histórico através do qual o progresso industrial produziria cada vez mais uma organização social alinhada e integrada, a periferização é o processo inverso: quanto maior a expansão do domínio do capital, mais ele produz um mundo social desalinhado e fragmentado – e se beneficia disso. E de acordo com nossa teoria, essa seria uma tendência muito mais espontânea, e muito menos custosa, do que a modernização. Não apenas porque é necessário que sempre existam regiões do sistema capitalista onde esses modos de organização não se encaixam harmoniosamente, mas porque a lógica do valor e do capital se torna muito mais "pura" quando não precisa se compatibilizar com apenas uma forma da lei e uma forma geral de comunidade.

Essa maneira de definir a periferização torna muito mais natural compreender por que afirmamos inicialmente que se trata, ao mesmo tempo, de uma transformação importante do capitalismo e um retorno a um estado já bem conhecido. É claro que é diferente a vida na periferia do capitalismo quando interagimos com regiões mais centrais do mundo onde ainda existe algum alinhamento organizacional. No entanto, a forma que essa experiência toma quando essa tendência modernizante

se dissipa não é inteiramente nova, pois se assemelha muito ao modo como o capitalismo sempre operou em suas margens.

Outra tese que talvez possa ser esclarecida agora diz respeito a como esse processo afeta as esquerdas. Ora, à medida que o terreno social fica cada vez mais fragmentado – isto é: cada vez mais desalinhado em termos de como afinidade, propriedade e valor estruturam nossas vidas – também varia mais a composição de cada organização política. E quando o modo como se constituem na luta contra o capitalismo varia, também se modificam os modos de interação com seus ambientes e o modo como farão recortes desse mundo, produzindo visões muito diferentes da nossa realidade social. É claro que permanece possível convocar as pessoas enquanto trabalhadores mas talvez agora possamos entender porque essa estratégia não funciona do mesmo modo que antes: é o próprio terreno social que não se organiza da mesma maneira, ainda que, por conta da vulgarização, possamos ter a impressão que todos entendem a mesma coisa quando convocamos essa figura.

Isso quer dizer que a periferização implica o fim das classes, a crise do valor ou o fim do horizonte revolucionário? Nada disso. A organização social baseada no acúmulo de capital nunca encontrou tão pouca fricção quanto hoje, o que significa que a capacidade do valor de moldar o terreno das trocas econômicas nunca foi tão absoluta. Se dissolve a figura do trabalhador, mas o conflito do trabalho se generaliza ainda mais quando a inércia da legalidade e da dignidade humana não impõem tantos obstáculos. É verdade que não podemos contar com a transposição dos descaminhos do processo de valorização do capital em termos de leis e direitos gerais ou em termos de reconhecimento mútuo e solidariedade espontânea, pois não há mais um alinhamento entre essas lógicas. Mas também é verdade que o potencial criativo e transformador que aprendemos a reconhecer na figura do trabalhador nunca pertenceu exclusivamente a essa figura – ela apenas encarnou, em um momento histórico específico, a contradição muito mais geral entre a organização social e o potencial do proletariado de extrair sua própria forma daquilo que está mais além da dominância do capital.

Hoje cabe a todos nós saber reconhecer essa dimensão criativa – fonte do poder popular – onde quer que ela apareça.